

OS MANUAIS DE CONDUTA E A ESCRITA FEMININA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O QUE DESVELAM AS NARRATIVAS?

SOUSA, Bernardina Santos Araújo de* – UFPE

GT-23: Gênero, Sexualidade e Educação

O título deste trabalho sugere, por si mesmo, uma revisão na historiografia feminina, pensada à luz dos textos presentes nos manuais de conduta feminina, nos manuais pedagógicos, ou em outros documentos que evidenciam uma proposta de educação sexual diluída na formação das professoras educadas na primeira metade do século XX. Após uma visita aos textos aqui citados, contextualizados no enredo e cenários próprios à época em que foram produzidos, compreendemos a presença forte do ideário catolicista-ortodoxo no controle da sexualidade feminina, ou melhor, na defesa de uma assexualidade dos corpos das mulheres professoras formadas nesse período.

Há uma premente necessidade de inclusão de temáticas desta envergadura nas discussões sobre educação, fomentando a busca por uma maior compreensão sobre os instrumentos ou tecnologias de regulação sobre o comportamento feminino. O disciplinamento sobre os corpos das mulheres desencadeia processos que iremos chamar de assexualidade ou sexualidade disciplinada para a eugenia. Neste sentido buscaremos desvelar os discursos feitos pelo Estado e pela igreja católica na construção e fortalecimentos dos estereótipos que marcavam e imobilizavam esses corpos através da formação docente.

A mobilização de professores e professoras, influenciados pelos ideais liberais com forte tom de busca de autonomia da profissão, marcou toda a primeira metade do século XX. Entre as várias reivindicações apresentadas estava pautada a emancipação da educação. Esta emancipação significava uma ruptura com o estado conservador e aristocrático e com a igreja católica. Pode-se perceber, claramente, que a intenção da igreja era fortalecer políticas pedagógicas que assegurassem uma formação comprometida com o combate aos processos de libertação. Na sua condição sacerdotal estariam as professoras vocacionadas a guardiãs da moralidade e dos bons costumes. Neste sentido, nos questionamos: quais os discursos fabricados para edificar tais propósitos? Onde algumas mulheres professoras buscavam inspiração e argumentos para se constituírem diferentes?

Assegurando maior contribuição a este debate, destacamos de Hypolito, na obra *Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero*, a seguinte citação:

As qualidades do trabalho docentes que o Estado vai incentivar são aquelas que reforçavam o ideário religioso da vocação da docência. Essa é uma contradição não só dos professores que, de alguma maneira, já despertavam para o profissionalismo, mas também do estado que se pretendia liberal e laico. O Estado mesmo tentando construir uma rede de ensino pública e laica, não podia deixar de se submeter aos aspectos socioculturais construídos sob a hegemonia religiosa. (HYPOLITO, 1997, p. 23).

Neste cenário, iremos compreender que o mesmo processo social e educacional que apontava para a formação moral da professora tinha sustentação em pilares catolicistas e apontavam para um corpo puro e higienizado. A chegada ao Brasil de várias congregações e ordens religiosas, vindas da Europa nas quatro primeiras décadas do século XX, reforçaram o ideário romano ortodoxo em educar corpos castos e vitoriosos. Encontramos nos discursos da igreja católica, promovidos à época através de Congressos, círculo de palestras radiofônicas, manuais de educação para a castidade, anais de congressos eucarísticos e manuais de conduta, um forte indicador da política de controle da igreja católica sobre os corpos das professoras em formação visando ao *assexuamento* ou à docilidade sexual destes corpos.

O contexto histórico pontuado nesta pesquisa vem provocar um encontro intencional, é obvio, entre a grande presença das mulheres no magistério e o encrudescimento do discurso público, moralizante, sobre a sexualidade feminina. Encontramos em Almeida, pesquisadora da UNESP sobre educação e relações de gênero, a seguinte afirmação:

Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, que, a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que o conhecimento e sabedoria eram prejudiciais e desnecessários a sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria. (...) (1998, p. 33).

* Grupo de pesquisa gênero e educação - laboratório de estudos pedagógicos prof. Paulo Freire da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA. Orientadora: prof^ª. Dr^ª Anália Keila Ribeiro.

A maternidade e a docência, em determinado período da formação, abraçam-se neste propósito, representadas pelos atos de abnegação, dedicação absoluta, doação incondicional. Contribuem fortemente para esta discussão, com textos permeados de muita beleza histórica, os manuais de conduta escritos para regular a vida das mulheres-mães e das mulheres-professoras, no início do século XX, um diálogo que as literaturas pedagógica e feminista nos proporcionam, permitindo-nos compreender os propósitos políticos de uma educação que apontava para a construção de uma “nova” identidade de mulher: a mãe e a professora, uma unicidade que a formação das professoras dos anos 30 e 40, em algum momento, promoveu, preparando, neste contexto, o universo feminino para o exercício do magistério e do matrimônio.

As reflexões evidenciadas neste artigo apontarão para o modelo da mulher-professora em formação, numa sociedade que se encontrava em bastante efervescência social, saindo de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo industrializado. Também a presença dos médicos higienistas, reconceituando novas práticas e entendimentos à saúde pública, vem contribuir para a ratificação do discurso moralizante. Neste espaço, a mulher é convocada a responder enquanto mãe e professora pela formação de novos valores sociais e morais. Associa-se a idéia do corpo puro o sentimento do corpo higienizado.

Associada a esta idéia, ressignifica-se o ideário da vocação como sacerdócio, confunde-se o trabalho da professora com a missão, com o ato de professar que passa a ser historicamente recuperado. Para justificar esta função como preponderantemente feminina, promoveu-se a fusão entre vocação/ensino/maternidade/funções domésticas. Para falarmos de um corpo vocacionado trazemos sobre vocação o discurso desse autor:

(...) Ligado à idéia de que as pessoas têm aptidões tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. Influenciadas por essa ideologia, as mulheres desejam e escolhem essas ocupações, acreditando que o fazem por vocação. (HYPOLITO, 1997, p. 21).

Esta concepção encontrava-se ancorada no pensamento pedagógico predominante em séculos anteriores. Embora encontremos em documentos e outros textos da época, aqui recortados para estudo, fortes evidências de posições contrárias a esta concepção, o que não

foi o bastante para coibir que se estabelecesse no imaginário popular um ideário da profissão com feições tracejadas pelo discurso moralizante.

Evidentemente, na construção desses valores morais, há uma cultura escolar de disciplinamento do corpo que controla seus gestos, suas diversas formas de portar-se e cobrir-se, o que se constituía também numa forma de negá-lo ou de afirmá-lo inexistente. Sobre este disciplinamento encontramos em Louro a seguinte consideração:

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas. (LOURO, 2007, p. 21/22).

A mesma proposta que objetiva formar mulheres para a servidão e a negação é igualmente cruel com os homens. Estes são formados para a dureza, a insensibilidade, o controle absoluto das emoções e sentimentos. Um corpo também negado, contido, voltado para a prática dos esportes a fim de desenvolver um corpo viril, bem esculpado, um corpo “visível”.

Discursar sobre a importância da educação feminina como forma de educar os meninos não era privilégio apenas dos positivistas, anterior a estes, ainda no século XVIII, já se fortaleciam em Portugal os discursos religiosos com este propósito. Reforçamos esta reflexão buscando em Matos a seguinte consideração:

A educação feminina tornava-se um ponto chave para a medicina, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das futuras gerações do país. A “nova” mulher, submetida à tutela médica, além de se constituir num agente familiar da higiene social, tornava-se o baluarte da moral da sociedade (MATOS, 1995, p. 4).

Sobre um conceito de ética e estética dos corpos encontramos em Del Priore a seguinte consideração sobre a educação e disciplinamento do corpo:

(...) Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam com a postura discreta e digna. O mesmo valia para as professoras como modelos para as estudantes, as mestras também deveriam trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal (...) Todo um investimento político era realizado sobre os corpos

das estudantes e mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia se criando um jeito de professora. (DEL PRIORE, 2004, p. 465).

A formação das mulheres-professoras tinha um forte compromisso com a educação destes corpos, entendidos sob a ótica dos conceitos biologizantes. As normas estabelecidas para definir as regularidades sobre o existir enquanto mulher eram incorporadas pelas meninas e pelas mulheres, embora nem sempre apontassem na direção desejada pelo discurso oficial, pois estas mulheres também constituíam suas subversões aos regulamentos impostos, suas formas de resistirem.

Tínhamos, então, a unicidade de um discurso que era consolidado pela escola e reforçado pela família, pela igreja, pelos médicos, pelos juristas e por importantes segmentos sociais, reforçando uma pedagogia da sexualidade que ignorava as diversas formas dos sujeitos se construírem e apontava para o autodisciplinamento que estes sujeitos deveriam exercer sobre si mesmos. Trazemos de Del Priore a seguinte contribuição:

A fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela. A professora terá de ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser, ao mesmo tempo dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora. (Del Priore, 2004, p. 454).

A representatividade da mãe espiritual vem substituir a necessidade da mãe biológica. Alguns estudos apontam para a velada existência de um regime de celibato para as professoras. A condição de solteira ou solteirona favorecia um modelo educacional que não mais se preocupava com a eugenia, assexuava os corpos femininos. Assim sendo, reforçava, agora com muito mais ênfase, o magistério como signo de pureza, vocação e sacerdócio, construía-se o ideário da grande mestra – dedicada integralmente aos alunos e à escola e completamente distanciada de outras relações afetivas. “(...) Nunca quis casar, dediquei minha vida ao magistério, casei-me com ele, dele tive centenas de filhos que foram meus alunos.” (professora entrevistada, formada na década de 1940).

Esta representação da solteirice da professora é então muito adequada para fabricar e justificar a dedicação exclusiva ao magistério, oferecendo a este campo um entendimento pouco profissionalizado e com feições bastantes domésticas. Uma renúncia de si mesma, uma vivência pelo outro, uma inexistência.

Esta narrativa reforça nosso entendimento sobre a entrega completa às atividades docentes, exigidas às mulheres, reforça, ainda, o caráter de doação e desprofissionalização da docência. As energias destas mulheres deveriam ser canalizadas para a escola que, simbolicamente, representaria seu lar e para seus alunos e alunas que estariam assumindo a condição de filhos espirituais. Os discursos pedagógicos favoreciam a sisudez, a severidade, o distanciamento da afetividade tão bem representados pela solidão e pela solteirice que tinha, à época, este significado. Evitava-se, então, que os alunos questionassem uma possível sexualidade daquela mulher. Se aparecesse, grávida como enfrentaria os questionamentos “silenciosos” que poderiam surgir através dos olhos curiosos de toda a classe?

Uma linha de distanciamento era demarcada, proibindo-se manifestações calorosas entre professoras e alunos. De acordo com Del Priore: “A professora não deveria tocar em seus alunos ou alunas, abraços ou beijos foram, por um longo tempo, consideradas práticas inadequadas.” (2004, p. 468).

Solteira ou casada, as professoras deveriam ter seus corpos regulados e disciplinados. No primeiro caso para o assexuamento, o celibato; no segundo, para a sexualidade dócil, submissa, com propósitos eugênicos, de perpetuação da espécie. Em ambos os casos há negação, há um pesado silenciamento encobrendo os corpos das mulheres-professoras.

Assim sendo, sem constituir ameaças à ordem vigente, a ocupação dos cursos de formação, pelas mulheres, deu-se, principalmente, atendendo a estes propósitos. Enfim, a perspectiva de uma profissão que retira fisicamente, em alguns casos, a mulher do espaço privado sem ameaçar sua domesticidade e possível maternidade. Assim se consolidava o discurso oficial da época. A exemplo disto trazemos um recorte de um contrato assinado entre as professoras e o Conselho de Educação da Escola, em 1923 (com duração prevista por oito meses):

- 1-Não se casar. Este contrato torna-se nulo imediatamente se a professora se casar.
- 2-Não andar em companhia de homens.
- 3-Estar em casa entre às 8 horas da noite e às 6 horas da manhã, a menos que esteja assistindo a alguma função da escola.
- 4-Não ficar vagando pelo Centro em sorveterias.

5-Não deixar a cidade em tempo algum sem a permissão do presidente do Conselho de Curadores.

6- Não fumar cigarros. Este contrato torna-se nulo imediatamente se a professora for encontrada fumando.

8- Não beber cerveja, vinho ou uísque (...).

9-Não andar de carruagem ou automóvel com qualquer homem, exceto seu irmão ou pai.

10-Não tingir os cabelos (...).

14-Não usar pó no rosto, rímel ou pintar os lábios.

As determinações contratuais expressas no texto acima vem corroborar, de forma bastante significativa, com a tese de que estes corpos de mulheres-professoras foram violentamente regulados, vigiados e negados também fora da privacidade da casa, nas tentativas de ocupação de outros espaços.

A presença feminina nesses espaços, por um lado, é representativo do anseio feminino e vinha sendo objeto de luta e discussão das feministas; por outro lado, vem expressar a necessidade de um modelo econômico capitalista industrial que demandava a presença de novos atores sociais em cena.

Estas novas feições assumidas pela formação de professores vem estabelecer um rigor excessivo sobre os estabelecimentos de ensino responsáveis por esta formação, sendo públicos ou privados, laicos ou confessionais estavam sob as mesmas determinações e obedeciam aos mesmos propósitos, justificando-se, segundo Almeida, “a adoção de currículos que privilegiavam prendas domésticas em detrimento de outras disciplinas.” (1998, p. 62).

Há um rigoroso controle masculino sobre a feminização do magistério. Este controle ultrapassa a formação e tem rebatimentos no exercício da profissão. A pauperização enfrentada por este trabalho se justifica nos discursos que corroboram com a idéia do magistério enquanto sacerdócio, discursos que o estado republicano insistia em preservar. Apesar desta hegemonia masculina tão fortemente consolidada em torno da construção ideológica do trabalho feminino, este foi alvo de questionamentos pelas mulheres.

Neste sentido a pesquisa, aqui recortada, através deste artigo, irá apontar para os enfrentamentos que, dialeticamente, foram construídos e testemunhados através da dinâmica feminina que se posicionava, protestando e denunciando o controle exacerbado sobre suas vidas, suas falas e sobre o silêncio imposto aos seus corpos.

As tecnologias produzidas através dos textos oficiais e outras narrativas, todos produzidos sob a égide do catolicismo romano ou do estado brasileiro, foram transformados em discursos pedagógicos nos estabelecimentos de ensino responsáveis pela formação docente em toda a primeira metade do século XX.

Através dos discursos promovidos pelo Estado, consorciado com a igreja católica, para a regulação dos corpos das mulheres-professoras, desvelamos a existência da Pedagogia da Sexualidade comprometida com um projeto de castidade e celibatário feminino. Em contrapartida nos foi possível desvelar, também, que o a apropriação da escrita, como construção que se dá dialeticamente, forneceu a algumas mulheres uma condição de escrita como forte e poderoso instrumento de denúncia e resistência.

Nesta perspectiva o trabalho aponta para a construção de elementos que nos ajudarão a entender os mecanismos e formas encontradas pelas pioneiras, precursoras destas escritas, donas dessas narrativas, que organizaram uma dinâmica de luta e resistências em uma situação social quase que, totalmente, adversa.

Uma leitura cuidadosa sobre a escrita feminina no final do século XIX, em Portugal e no Brasil, corrobora, de modo bastante significativo, para um entendimento mais consistente sobre a escrita feminina nas décadas de 1930 e 1940, como elemento de denúncia e luta pelos ideais de liberdade.

No Brasil dos anos trinta, marcado pela crescente urbanização e a rápida evolução industrial, é possível vislumbrar o surgimento de alguns elementos que contribuíram para ampliar a visão da mulher ultrapassando as fronteiras domésticas. O rádio surge como um dos instrumentos bastante representativo que vem informar sobre as rápidas mudanças da vida moderna. Dentre estas, aponta-se para aquelas decorrentes do movimento feminista, que começa a despontar em todo o Brasil, apesar da discordância das alas conservadoras. Sobre este novo cenário, ALMEIDA nos traz a seguinte contribuição:

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e

industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países onde chegou, atingiu várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas. Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitava maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. Após o término do regime ditatorial, que se implantou no Brasil como primeiro Golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial e contribuiu para mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade que emergia (ALMEIDA, 1998, p.27).

Evidentemente, as mudanças que marcaram o comportamento feminino, ocorrido ao longo das três primeiras décadas do século passado, sinalizaram para o estabelecimento de uma nova ordem na história das relações entre homens e mulheres contemporâneos. Obviamente este movimento incomodou profundamente os setores mais conservadores da sociedade, causando reações de represália e coerção aqueles que insistam em forçar uma mudança na estrutura do patriarcado.

Encontramos, na bibliografia selecionada para análise, fortes indicadores de que os propósitos da formação, comprometidos com o ideário positivista, católico ortodoxo e capitalista, exerceram fortes influências sobre a construção das identidades de gênero, classe e sexo. Mas vamos encontrar também a formação como sendo uma condição de libertação financeira para outras que não precisariam mais do homem para prover suas necessidades materiais. Esta nova condição distancia algumas mulheres do matrimônio, que deixava de ser seu único horizonte. Este distanciamento do casamento como principal norte vem estabelecer um novo padrão para o ser professora.

A apropriação da escrita, também, vem representar, para algumas, um importante espaço de visibilidade social. As mulheres-professoras transformadas em escritoras e jornalistas fazem despontar outro cenário que, apesar de limitado, ocupa um espaço privilegiado porque utiliza a imprensa como esfera pedagógica de denúncia e luta. Surgiram, então, novos elementos que irão alimentar e retroalimentar esta dinâmica, formulada pela força das mulheres que rompiam com a mera domesticidade apontada pela

formação. Perrot conclui sobre isto: “Escrever, para as mulheres não foi uma coisa fácil. Sua escritura ficava restrita ao domínio privado, a correspondência familiar ou à contabilidade da pequena empresa”. (PERROT, Michelle, 2007, p. 97).

Contribuindo com este entendimento, trazemos um artigo de Sousa (2007), intitulado Maria Mariá de Castro Sarmiento¹: uma fala que denuncia as discriminações e desigualdades no início do século XX em Alagoas. Este estudo biográfico vem revelar a existência de uma mulher-professora formada na década de 40, que se tornando jornalista, constituiu neste campo um grande espaço de denúncia sobre a invisibilidade feminina, a tranquilidade da cidade e o silêncio das mulheres. Trazemos do texto a seguinte citação:

Por se contrapor ao estado de coisas, rompendo com o silêncio estabelecido, Maria Mariá é considerada uma das precursoras do movimento feminista alagoano, consolidado a partir da década de 70. Ocupou o espaço público tornando-o espaço de denúncia contra as práticas discriminatórias e excludentes. A sua voz de professora e jornalista fez ecoar o grito de revolta contra as injustiças, desvelando o preconceito, apontando outras possibilidades (SOUSA, 2007, p. 2).

O processo de formação escolar das mulheres obedeceu a uma hierarquia que transitava entre a formação elementar, passando pelos cursos de nível médio (Normal Médio) e, em pouquíssimos casos, resultando na formação de nível superior. Esta formação veio apontar outros horizontes para o universo feminino e ajudar a romper com o silêncio, com a quietude. Vamos encontrar no contexto dos idos de 40 e 50 mulheres-professoras construindo novas possibilidades em sala de aula, produzindo material didático e metodológico importantes, abolindo uso de palmatórias, assumindo reivindicações de cunho também cultural e social.

A imprensa educacional e feminina, expressando a voz e o pensamento das professoras, constitui-se em relevante instrumento de libertação e vem corroborar no sentido de romper com velhos mitos colocados à época sobre o magistério feminino, e muito bem destacado por Almeida (1998), através da obra *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*.

¹ Maria Mariá de Castro Sarmiento nasceu no município de União dos Palmares, Estado de Alagoas, na localidade do povoado da Usina Lajinha, no dia 16 de junho de 1917. Em 1937, deixou sua cidade para fazer o curso normal em Maceió.

A construção dessa dinâmica que preparava as mulheres para o enfrentamento das práticas sexistas, indo de encontro à pedagogia oficial disseminada na formação e ratificada por significativa parte da sociedade brasileira, é aqui apresentada como uma construção extracurricular, sedimentada às margens da centralidade da escola, embebidas em outras práticas e saberes. Considerada de extrema importância porque nos permitirá perceber a dimensão social e política da sexualidade, antes presa ao privado, encurralada pelas armadilhas da culpa, da vergonha, da censura e do controle. Reforçando a tese sobre o controle efetivo sobre a vida das mulheres encontramos em Sousa, a seguinte consideração: “Ao adotar costumes fora do padrão feminino da época, Maria Mariá reforçava ainda mais a resistência dos conservadores às suas idéias. Exemplo disto foi o destaque que recebeu por ter sido a primeira mulher em União dos Palmares a usar calça comprida e jogar sinuca, dominó e baralho com os homens da cidade”. (Sousa, 2006, p. 4).

Enfim, como sugere Louro (2007), sobre esta outra via da pedagogia da sexualidade, que chamamos de um contra-movimento, representa uma outra possibilidade, um novo sentido, que nos encoraja a reinventá-la e tornar público o nosso jeito de nos construirmos enquanto sujeitos da sexualidade, do gênero.

A escrita feminina, fruto deste *contra-movimento*, é denunciador das práticas sexistas existentes, e de uma necessidade de se construir uma nova identidade de sexo e de gênero. Para enriquecer este debate, trazemos da revista Educação Sexual, publicada em 1925, o seguinte artigo:

O homem faz da mulher um animal doméstico, que não sabe pensar, refletir, ter consciência dos seus direitos e deveres. Não a educa convertendo-a num ser humano; quando muito, a sua preocupação é torná-la prendada; uma menina prendada é a mulher que diverte, que recreia, que exhibe habilidades e sensualidades, que batuca no piano Chopin. (EDUCAÇÃO SOCIAL, 1925, II (3), 15 Março, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho, sob a forma de artigo, trará, indubitavelmente, uma significativa contribuição à Pós-Graduação em Educação porque elucidará uma compreensão sobre os dispositivos institucionais utilizados pelos estabelecimentos de formação de professores para regular e controlar os corpos das mulheres-professoras formadas nas primeiras décadas do século XX. Construimos este entendimento a partir de uma análise aprofundada sobre a documentação, a bibliografia e as narrativas sobre as quais nos debruçamos. Fontes produzidas numa e sobre uma mesma época dialogaram e nesta dialogicidade fomos buscar respostas para as questões que nos mobilizaram diante desta pesquisa.

O silêncio e a negação produziram a cultura do assexuamento ou de uma sexualidade dócil, eugênica; o rompimento deste silêncio, o uso da fala e dos textos escritos foram entendidos como elementos que apontarão para a consolidação de outra Pedagogia da Sexualidade, indicadora de outras possibilidades de construção das identidades plurais, representadas pelas identidades sexuais e de gênero.

Sobre a existência de fontes que quebram o silêncio, que rompem estereótipos, encontramos em Perrot a seguinte contribuição:

Existem, entretanto, muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente. Podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais, como nos arquivos públicos ou privados. Lugares solitários e complementares, que não deveriam ser excludentes, mas que se diferenciam entretanto, por um grau maior ou menor de espontaneidade discursiva. (Perrot, 2007, p.26).

Neste sentido reforçaremos a análise feita por Perrot nas obras apresentadas com a análise de alguns textos que nortearam a educação das jovens mulheres que habitaram o Brasil nas primeiras décadas do século XX - os manuais de conduta sustentados em princípios eugênicos e castos. Esta imobilidade imposta aos corpos femininos é indicativa de que o lugar do silêncio é também o espaço da invisibilidade; a afirmação do silêncio representa uma presença constantemente vigiada e apagada, os arquivos desfeitos, uma quase falta de vestígios de memória.

Mergulhar nas fontes diversas e promover um diálogo entre a diversidade dos discursos propostos, a fim de construir entendimentos sobre a história das mulheres, suas zonas de silêncio e os espaços de enfrentamento construídos ao longo do tempo, foi o propósito deste artigo que ora encerramos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível* Fundação Editora da UNESP, 1998.

FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FONSECA, Selma Guimarães. Ser Professor no Brasil: história oral de vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997.

IMBERNÓN, F. (org.). A Educação no Século XXI: os desafios do futuro imediato. 2. ed., Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Magistério de 1º. Grau um trabalho de mulher. Educação e Realidade*. Porto Alegre, V. 14, n.2, p. 31-39, jul/ dez, 1989.

_____. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva Pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NOVENA, Nadia Patrizia. *A Sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio*. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2004.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*. Vol. 16 (2), p. 5-22, jul/ dez, 1990.

PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história.

_____. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUSA, Bernardina S. Araújo. As Relações de Gênero nas Políticas Públicas de Educação no Município de Belo Jardim-PE: Silêncio ou Desvelamento? Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife: 2006

_____. Maria Mariá de Castro Sarmiento: uma fala que denuncia as discriminações e desigualdades no início do século XX, em Alagoas. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: DESAFIOS, HISTÓRICOS E SABERES INTERDISCIPLINARES, 1997, João Pessoa. ANAIS Campina Grande, EDUEP, 2007.p. 246.

TOSCANO, Moema. Esteriótipos Sexuais na Educação: um manual para o educador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.